

“Acordo com Clube evitou mais humilhação interna”

O jornal *The New York Times* analisou ontem em editorial a situação econômica do Brasil. No editorial, elogia a “flexibilidade” demonstrada pelo Clube de Paris e afirma que isso “poupou novas humilhações ao vacilante governo” do presidente José Sarney, depois das sofridas em consequência das modificações introduzidas no final de 1986 com o Plano Cruzado II.

O jornal recomenda ao Brasil reformas econômicas “duradouras” e acrescenta que os “riscos” assumidos pelo Clube de Paris poderão ter efeitos desastrosos, a menos que o governo Sarney faça as mudanças exigidas pelo momento. Esta é a íntegra do editorial:

“O Brasil recebeu um grande impulso financeiro do Clube de Paris — formado por governos credores — no fim do mês passado. Esses credores, entre os quais se incluem os Estados Unidos, fizeram o reescalonamento de quatro bilhões de dólares em pagamentos a curto prazo sem exigir que o Brasil fizesse um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional.

Isso dispensa um governo democrático vacilante de sofrer mais humilhações internas. Mas também cria um precedente para os países menos dignos de confiança que precisam de crédito.

O Brasil já não gera grandes superávits comerciais para financiar seus débitos. O acordo do Clube de Paris ajuda a cobrir o seu problema de financiamento, em troca do que é descrito como a melhora do relacionamento entre o Brasil e o Fundo Monetário.

Dentro em breve deverão ser iniciadas novas conversações sobre reescalonamento com os credores particulares com os quais o Brasil contraiu a maior parte de sua dívida externa, no valor total de 111 bilhões de dólares. Se o Brasil, profundamente necessitado de capital, quiser reconquistar o acesso aos recursos externos, terá que absorver as lições dos seus erros recentes.

A economia brasileira está progredindo rapidamente. Seu índice de crescimento anual, superior a 8%, está entre os mais altos do mundo. Com esse crescimento, ano após ano, o Brasil tornou-se a oitava potência econômica do mundo não-comunista. Mas seu crescimento depende da continuidade de empréstimos estrangeiros — que têm sido ameaçados pela inflação crônica.

E, apesar da volta ao governo democrático, seus frutos continuam a ser distribuídos de modo muito desigual. O governo do presidente José Sarney precisou tentar melhorar a situação dos pobres, consolidar o

apoio das classes trabalhadora e média, e satisfazer os credores estrangeiros — tudo de uma vez. Isso determinou a expansão com uma alta inflação persistente.

O Plano Cruzado, iniciado no ano passado, tentou fazer a quadratura do círculo, prometendo o fim da inflação com a continuidade do crescimento e sem sacrifício da capacidade do Brasil de saldar suas dívidas. Os elementos principais (do Plano) foram uma nova moeda, a desindexação dos salários e o congelamento de preços.

Os trabalhadores, que obtiveram dividendos imediatos na forma de aumento do seu poder aquisitivo, exultaram. O comércio passou a ter um movimento extraordinário. Mas os artigos de exportação foram absorvidos pelo mercado interno, e a mudança foi acompanhada de uma grande maré de importações. O superávit comercial sofreu grande deterioração. E a escassez de mercadorias lançou as sementes de novo sur-

to inflacionário, tão logo o congelamento de preços foi suspenso.

A adoção de medidas corretivas foi retardada até depois que o partido situacionista obteve uma vitória por maioria esmagadora de votos, em novembro passado. Dias depois, um pacote de ajuste aumentou os preços de alguns artigos importantes em até 100%.

Os brasileiros sentiram-se traídos, os sindicatos anunciaram greves, e logo eclodiram distúrbios civis. O governo ainda não reconquistou o equilíbrio. Nesse ínterim, as estatísticas indicam o retorno da inflação de três dígitos, e não mostram uma clara recuperação, no que se refere às contas externas.

A anuência do Clube de Paris mostra que a crise da dívida do Terceiro Mundo requer flexibilidade; reconhece que a economia do Brasil continua a ser fundamentalmente forte, e subordina os padrões estritos de prudência à consolidação do governo democrático.